



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 02000.003615/2020-75

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para instalação, com fornecimento de material, e remanejamento de **divisórias**, revestimentos acústicos e acessórios, com vistas a atender as necessidades do Ministério do Meio Ambiente, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste documento.

1.2. A presente contratação será realizada através de grupo único composto por 20 (vinte) itens, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Quantidade	Unidade de Medida	Valor (R\$)	
					Unitário	Total
1	1	Fornecimento e instalação de divisória painel cega do piso até o teto, composição: duas placas em MDF com espessura de 80 mm.	100	m²	R\$ 495,58	R\$ 49.558,00
	2	Fornecimento e instalação de divisória painel cego até 1.100 mm de altura, mais vidro simples até a altura da porta e bandeira cega até o teto, composição: duas placas	40	m²	R\$ 581,35	R\$ 23.254,00
	3	Fornecimento e instalação de divisória painel cego até altura da porta, mais vidro duplo até o teto, composição: duas placas em MDF com espessura de 80 mm	9	m²	R\$ 735,44	R\$ 6.618,94
	4	Fornecimento e instalação de divisória painel/vidro duplo/painel com persiana até a altura da porta e bandeira cega até o teto com espessura de 80 mm	70	m²	R\$ 796,06	R\$ 55.724,38
	5	Fornecimento e instalação de divisória painel/vidro duplo/painel, sem persiana até a altura da porta e bandeira cega até o teto com espessura de 80 mm	70	m²	R\$ 749,67	R\$ 52.476,67
	6	Fornecimento e instalação de uma porta: largura 800 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	7	m²	R\$ 1.564,33	R\$ 10.950,33
	7	Fornecimento e instalação de uma porta: largura 900 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	7	m²	R\$ 1.678,80	R\$ 11.751,60
	8	Fornecimento e instalação de uma porta dupla largura 1.600 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	3	m²	R\$ 2.883,33	R\$ 8.650,00
	9	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto cega, modulação: painel/painel com miolo acústico (lã de vidro não inferior a 40 kg/m³, com 60 mm de espessura).	147	m²	R\$ 459,67	R\$ 67.571,00
	10	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto cega com 60 mm de espessura, modulação painel/painel, miolo papel kraft de alta densidade.	50	m²	R\$ 457,00	R\$ 22.850,00
	11	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto, painel/vidro/painel, vidro duplo com persianas, 60 mm de espessura, monobloco.	60	m²	R\$ 562,67	R\$ 33.760,60
	12	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto, painel/vidro/painel, vidro duplo sem persianas, 60 mm de espessura, monobloco.	60	m²	R\$ 509,33	R\$ 30.560,70
	13	Fornecimento e instalação de painel divisória retrátil com sistema eletro-mecânico.	10	m²	R\$ 2.216,67	R\$ 22.166,67
	14	Fornecimento e instalação de módulo guichê.	4	m²	R\$ 1.857,33	R\$ 7.429,33
	15	Fornecimento e instalação de forro mineral em placas.	350	m²	R\$ 71,07	R\$ 24.873,33
	16	Fornecimento e instalação de luminárias fluorescentes para quatro lâmpadas T8 com rabicho e plugue.	5	m²	R\$ 313,33	R\$ 1.566,67
	17	Serviço de remanejamento de divisória (retirada ou desmontagem).	2000	m²	R\$ 23,00	R\$ 46.000,00
	18	Serviço de remanejamento de divisória (colocação ou montagem sem fornecimento de material).	1000	m²	R\$ 43,50	R\$ 43.500,00
	19	Serviço de remanejamento de forro mineral em placas (retirada ou desmontagem) com aproveitamento de perfis.	200	m²	R\$ 18,77	R\$ 3.753,00
	20	Serviço de remanejamento de forro mineral em placas (colocação ou montagem) sem fornecimento de material.	200	m²	R\$ 29,33	R\$ 5.866,67
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 528.880,58

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. No ano de 2015 iniciou-se o processo de contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e a prestação de serviços técnicos de desmontagem e montagem de divisórias, portas e acessórios, com fornecimento de toda mão de obra e material necessários para atender as diversas Secretaria e Unidades do Ministério do Meio Ambiente e seus servidores.

2.2. Com o início da vigência do referido contrato em janeiro de 2016, iniciou-se o processo de substituição das divisórias antigas pelos modelos descritos no contrato atual, onde foram instaladas divisórias em diversos padrões, do tipo painel cego do piso ao teto, painel cego até a altura de 1100 mm com painel vidro até a altura de 2100mm e bandeira cega até o teto, portas no mesmo padrão e paginação das divisórias, portas de correr instaladas nos corredores e paredes de fácil desmontagem e reaproveitamento da maioria das peças em outra montagem.

2.3. Considerando em atender a estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente, que atualmente está distribuída no Bloco B na Esplanada dos Ministérios (5º ao 9º pavimentos e parte do Térreo e subsolo).

2.4. A presente contratação justifica-se pela necessidade de reconfiguração dos espaços internos do Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista as solicitações de alteração de layouts, cujas origens são diversas, como por exemplo, a retirada de divisórias para aumento ou redução de equipes, a criação de ambientes reservados

para tratamento de assuntos sigilosos, entre outros.

2.5. Para essa constante necessidade de remanejamentos na disposição interna dos espaços de trabalho do MMA, requer-se, portanto, que se tenham disponíveis serviços dessa natureza, visando à criação de ambientes com qualidade e segurança. Além disso, a manutenção das divisórias que se encontram desgastadas e danificadas faz-se imprescindível, evitando-se acidentes ou danos diversos, visando à continuidade dos serviços nos espaços de escritório no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para o exercício de 2021, considerando que a vigência de contrato com o mesmo objeto, encerrar-se-á em 31/12/2020.

2.6. O fornecimento, a respectiva instalação, remanejamento e a manutenção do material não devem ser realizados por empresas diferentes, sob pena de se inviabilizar as ações de instalação do material, cuja eficiência (qualidade e tempo) de realização está relacionada ao conhecimento a respeito do seu manuseio e uso, e sob pena de causar dificuldade técnica e gerencial para licitar e, posteriormente, executar e fiscalizar o presente objeto itens isolados.

2.7. Além disso, depreende-se que a contratação, nos moldes em que se apresenta, atenderá aos anseios da Administração, sendo necessária a junção de itens interdependentes para contribuir à perfeita execução contratual, com o intuito de atingir os objetivos da contratação pleiteada pela Administração Pública. É do interesse do Ministério do Meio Ambiente a contratação por grupo, como uma forma de viabilizar a fiscalização e gestão do contrato, considerando-se, ainda, que a entrega, instalação, remanejamento e manutenção do material possui caráter de interdependência entre si.

2.8. Contudo, no entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas, assim vejamos:

"A possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares."

2.9. Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

"Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública."

2.10. Conclui-se que o parcelamento da contratação em referência, além de provocar a perda da economia de escala, diminuiria o interesse de maior número de fornecedores devido ao baixo valor resultante a ser contratado em cada fração(parcela). O fracionamento também resultaria na necessidade de administração de diversos contratos com diversas empresas diferentes, o que acabaria por trazer maiores ônus ao serviço público. A contratação em um único grupo justifica-se, portanto, pela economia de escala e pela econômica em procedimentos para administração escalção de um único contrato em detrimento de diversos contratos com diversas empresas.

2.11. Depreende-se, portanto que a contratação nos moldes em que se apresenta atenderá aos anseios da Administração, sendo necessária a junção de itens similares e interdependentes para contribuir à perfeita execução contratual com o intuito de atingir os objetivos da contratação pleiteada pela Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, durante a execução contratual, **critérios e práticas de sustentabilidade.**

5.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no Artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto Nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que

couber.

5.4. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do MMA voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

5.4.1. Economia de energia;

5.4.2. Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;

5.4.3. Economia de água;

5.4.4. Reciclagem de lixo (separação do lixo conforme indicação do MMA);

5.4.5. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

5.4.6. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.

5.5. Em caso de necessidade de envio de documentos à CONTRATANTE, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.

5.6. A contratação seguirá os critérios de sustentabilidade visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública e em atendimento aos artigos 5º e 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental.

5.7. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.8. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.9. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE Nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

5.10. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.11. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE.

5.12. A adjudicatária, no cumprimento das obrigações assumidas, além de atender a todas as obrigações advindas deste TR e de seus anexos, deverá, ainda, adotar as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas no art. 5º do Capítulo III da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto Nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

5.13. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

6.2. Recomenda-se que a vistoria de que trata o item 6.1 seja realizada para evitar a elaboração de propostas subestimadas ou superestimadas.

6.3. Na vistoria a LICITANTE deverá conferir as condições reais dos equipamentos e instalações, validando e complementando as informações dos equipamentos contidas neste Termo de Referência - TR.

6.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a abertura da sessão pública.

6.5. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.6. Caso a empresa opte pela vistoria, deverá agendar a visita pelo e-mail: CODAP@MMA.GOV.BR, ou pelo telefone: 61 2028-1306.

6.7. Será firmada a declaração, conforme modelo disponível no Anexo III deste Termo de Referência (Modelo de Declaração de Vistoria).

6.8. Poderá ser dispensada a vistoria do Licitante, desde que haja declaração expressa deste, conforme Anexo IV deste Termo de Referência, de que está ciente das condições de execução dos serviços.

6.9. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.10. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão executados no Bloco B da Esplanada dos Ministérios e terão início na data de vigência do contrato.

7.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2.1. Após a assinatura do contrato será realizada reunião inicial, com participação da Equipe de FISCALIZAÇÃO e a representantes da CONTRATADA, para apresentação do representante legal da CONTRATADA e o preposto, bem como esclarecer questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato.

7.2.2. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a FISCALIZAÇÃO do Ministério, antes da execução dos serviços correspondentes.

7.2.3. Serviços executados e os materiais empregados deverão obedecer a todos os normativos atinentes ao objeto deste TR, existentes ou que venham a ser editados.

7.2.4. Os profissionais da CONTRATADA deverão apresentar-se a FISCALIZAÇÃO antes da realização de qualquer intervenção devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás.

7.2.5. A abertura de ordens de serviço se dará imediatamente após a assinatura do contrato.

7.2.6. Os serviços de manutenção serão realizados a partir de ordens de serviço que serão emitidas pela fiscalização do contrato.

7.2.7. Os serviços poderão ser solicitados pela fiscalização por mensagem eletrônica (e-mail), software de gestão de solicitações de manutenção ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

7.2.8. Caso a Contratada identifique local que necessita de manutenção, a fiscalização deverá ser notificada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) com descrição do edifício, pavimento, área aproximada da intervenção e fotos. Com base nas informações fornecidas, a fiscalização que decidirá sobre a realização dos serviços.

7.2.9. Da Qualificação Técnica da Mão-De-Obra:

7.2.9.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as atividades necessárias à execução dos serviços Objeto deste TR.

7.3. Não serão considerados impedimentos: falha no transporte de material, insuficiência de ferramentas e instrumentos de teste, nem o fato de estar a CONTRATADA executando atividade de manutenção em outra área do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.

7.3.1. A CONTRATADA deverá atender as chamadas de emergência durante 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluídos finais de semana e feriados, através de serviço de suporte do tipo "help desk" de telefone fixo ou móvel.

7.3.2. Todo ordem de serviço deverá receber número sequencial, data e hora de abertura e fechamento e o serviço que foi realizado, com quantitativos utilizados, para que os tempos de atendimento possam ser controlados.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. O contrato será acompanhado por servidor ou servidores formalmente designados pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, nos termos da Lei Nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa Nº 05, de 25/05/2017, da Secretária de Gestão do MPOG, para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato, observando que, a depender da dimensão e especificidades do Órgão quando da designação do fiscal do contrato, o conjunto das atividades fiscalizatórias pode ser exercido por setor específico, por equipe de fiscalização ou por somente um servidor, desde que fique assegurada a distinção das tarefas e não comprometa o desempenho na gestão do contrato (art 40, § 3º c/c art. 50, "b" da Instrução Normativa Nº 05, de 25/05/2017) .

8.2. Caracterização de atores que participarão da gestão do contrato:

8.2.1. CONTRATANTE - Ministério do Meio Ambiente.

8.2.2. CONTRATADA - empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou o contrato.

8.2.3. Gestor da Execução do Contrato - coordenador das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e pelo público usuário, se for o caso, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

8.2.4. Fiscal do Contrato - representante da administração, especialmente designado, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei Nº 8.666/93, para acompanhar e avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e verificar as rotinas previstas, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.5. A Fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR(0642316) outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.2.7. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração,

devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.3. As demais informações estão presentes nas obrigações da CONTRATADA.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a adequada execução dos serviços de instalação e remanejamento de divisórias e acessórios, conforme descritos no item do TR.

10. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada quando solicitada pelo Pregoeiro e pelo tempo por ele estipulado, sob pena de desclassificação, em papel timbrado da empresa, em conformidade com as especificações indicadas no edital.

10.2. A instalação e remanejamento de divisórias, revestimentos acústicos e acessórios serão executados por equipe não residente disponibilizada pela Contratada devendo obrigatoriamente contar com profissionais devidamente capacitados.

10.3. A empresa deverá designar formalmente um preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, tecnicamente e acompanhar os serviços sempre que for necessário de acordo com o art. 68 da lei 8666/93. O funcionário representante da empresa - Preposto - também será o responsável pelo recebimento, pessoalmente ou por meio eletrônico, das Ordens de Serviços, para medição e elaboração de orçamentos. Caso necessário, as Ordens de Serviços serão acompanhadas do projeto correspondente.

10.4. A prestação dos serviços poderá ser realizada fora do horário comercial, aos sábados, domingos e/ou feriados, de acordo com a necessidade do MMA, ou com a urgência ou caráter emergencial. Por isso, a Contratada deve manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos.

10.5. Para atender situações emergenciais, o Ministério do Meio Ambiente poderá solicitar serviços adicionais além dos horários acima mencionados, incluindo horários após as 20:00, sábados, domingos e feriados sem ônus de horas extras para a Contratante.

10.6. Para abertura de chamados nos horários não comerciais, a Contratada deverá disponibilizar um número de telefone específico para a Contratante solicitar o atendimento necessário.

10.7. Indicar endereço de correspondência eletrônica e responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas pela Contratada.

10.8. A empresa Contratada deverá manter os equipamentos e as instalações, objeto deste Termo de Referência, em perfeitas condições de funcionamento e segurança, por meio de manutenções permanentes, preventivas e corretivas, executando-as com pessoal técnico comprovadamente qualificado, sem qualquer despesa adicional para o Ministério.

10.9. Os serviços serão contratados com o fornecimento dos materiais, utensílios, ferramentas, equipamentos e demais acessórios por responsabilidade exclusiva da empresa, além disso deverão estar incluídas nos preços todas as despesas incidentes, tais como salários, vales, seguros, impostos, taxas, contribuições, indenizações, alimentação, transporte, ferramentas dos profissionais/técnicos.

10.10. Na formulação da proposta o licitante deverá computar todas as despesas e custos relacionados com o objeto a ser contratado, especialmente os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, ficando esclarecido que não será permitida qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços ressalvadas as hipóteses de superveniente criação ou majoração dos encargos fiscais, que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.11. Para a correta elaboração da proposta deverá o licitante examinar todos os documentos da licitação. A apresentação da proposta implica, necessariamente, na aceitação integral e sem restrições de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.12. Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar as seguintes informações:

10.12.1. nome ou Razão Social da empresa e endereço (com telefone);

10.12.2. número do CNPJ e Inscrição Estadual e Municipal, se houver;

10.12.3. preço, em moeda corrente do País, utilizando apenas duas casas decimais;

10.12.4. o preço na proposta deverá incluir o custo, seguro e frete de todos os equipamentos/materiais precificados, portanto, livre de tributos (impostos, taxas e contribuições), ou quaisquer outras despesas;

10.12.5. garantia, prazos e condições para a execução do objeto;

10.12.6. carimbo e assinatura do responsável pela firma proponente;

10.13. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do Grupo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação

pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

16.1. A Contratada dará garantia dos serviços e materiais utilizados.

16.2. No que se refere a serviços, a garantia fornecida independe de vigência contratual e deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias contados do recebimento definitivo dos serviços.

16.3. Em relação aos materiais, durante a vigência contratual e ao término do futuro contrato, a garantia deverá ser conforme determinação do fornecedor ou de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços nos quais esses itens foram aplicados.

16.4. Caso o fabricante dos materiais utilizados ofereça garantia maior que a prevista no subitem anterior, prevalecerá a garantia de fábrica, expressa em termo próprio.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização

técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua

defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a

promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; e

21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. A qualificação técnica deverá ser comprovada por meio da apresentação dos documentos abaixo:

22.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional(is), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe competente, que comprove(m) que a Licitante executou ou está executando serviços com características compatíveis com o objeto desta Licitação, nos quais constem em referência as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, a saber: serviço para instalação, com fornecimento de material, e remanejamento de divisórias, revestimentos acústicos e acessórios;

22.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP Nº 5/2017;

22.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP Nº 5/2017;

22.7. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG Nº 5/2017;

22.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP Nº 5/2017;

22.9. Declaração de que instalará escritório no Distrito Federal, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP Nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

22.10. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global anual estimado de **R\$ 528.880,58 (quinhentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos)**

22.11. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.11.1. Em que pese o valor unitário do item não servir de elemento definidor para o julgamento da proposta, será considerado o preço dos itens, no intuito de evitar a inclusão de itens com valores irrisórios ou sobrepreço.

22.12. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo anual estimado da contratação de acordo com a Nota Técnica SEI (0644762) é de **R\$ 528.880,58 (quinhentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos)**

23.2. A publicidade do orçamento não tem o potencial de oferecer risco à escolha da proposta mais vantajosa para o Ministério do Meio Ambiente e ao interesse público.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste TR, correrão à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual de 2020.

25. ANEXOS

25.1. Anexo I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

25.2. Anexo II - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

25.3. Anexo III - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

25.4. Anexo IV - DISPENSA DE VISTORIA

25.5. Anexo V - ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Definição: INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – documento anexo ao contrato que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

Objetivo a atingir: obtenção da melhor execução do objeto, mediante a definição de indicadores de acompanhamento de qualidade dos serviços prestados durante a vigência do contrato.

Forma de avaliação: definição das situações (indicadores) que caracterizem o não atendimento do objetivo e atribuição de grau de correspondência, de 1 a 5, de acordo com os indicativos de metas a cumprir, compreendendo glosas, que podem ser cumulativas, de 0,5% a 7,0% do valor mensal do contrato.

Apuração: ao final de cada período de apuração (mês), o Fiscal do contrato preencherá a planilha de cálculo o índice global e a encaminhará ao preposto da contratada para conhecimento do valor da glosa a ser aplicada no mês, ajustado ao cumprimento das metas deste acordo e adoção das medidas recomendadas, quando houver.

Sanções: Quando o percentual de glosas no período mensal for superior a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal ou o somatório das glosas for superior a 30% (trinta por cento) do valor mensal no período de um ano, caracterizar-se-á inexecução parcial, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação das penalidades previstas no contrato.

QUESITOS			
Quesitos	Descrição do Indicador/Situações	Instrumento para verificação	Grau de Relevância
1 - Tempo de execução dos serviços	Atraso de até 24 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Atraso de mais de 24 horas e menos de 48 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Atraso de mais de 48 horas no atendimento de um chamado	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Atraso de até 24 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Atraso de mais de 24 horas e menos de 48 horas na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2

	Atraso de mais de 03 dias na conclusão de um serviço	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	4
2 - Qualidade dos serviços	Execução de serviços incompleta ou paliativa	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Recursar-se a fornecer materiais consumíveis para execução dos serviços	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	3
	Não reportar-se a fiscalização quando da chegada ou saída dos edifícios por ocasião da realização de serviços	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Verificação de restos de materiais ou outras sujidades advindas do serviço de instalação e manutenção de divisórias, armários e estantes executados em até 24 horas após a conclusão dos serviços	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	1
	Deixar de manter registro atualizado de intervenções,	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	
	Danos as edificações e equipamentos por imprudência ou imperícia	Fiscalização presencial e relatório de Serviço	5
	Fornecimento de informação incorreta à fiscalização	Fiscalização presencial e Ordem de Serviço	2
	Destruição ou danificação intencional de documentos relacionados a manutenção	Fiscalização presencial e Relatório de Serviço	5

MENSURAÇÃO	
Grau de Relevância	Correspondência
1	Glosa de 0,5 % sobre o valor da Fatura por evento
2	Glosa de 1,0 % sobre o valor da Fatura por evento
3	Glosa de 2,0 % sobre o valor da Fatura por evento
4	Glosa de 4,0 % sobre o valor da Fatura por evento
5	Glosa de 6,0 % sobre o valor da Fatura por evento

ANEXO II- MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ordem de Serviço Nº

Contrato Nº

INFORMAÇÕES DO FORNECEDOR	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	Fone:
E-mail:	

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Estando ciente, autorizo a execução dos serviços acima especificados.

Em, _____ de _____ de 20__

Representante da Administração

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº _____, que _____ (nome e função), representando a empresa _____, vistoriou e tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições locais para a prestação dos serviços e cumprimento das obrigações objeto do citado Pregão.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

Representante da Empresa
Ministério do Meio Ambiente

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº _____, que _____ (nome e função), representando a empresa _____, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

Representante da Empresa
Ministério do Meio Ambiente

ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 14/2020

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1. Informações Básicas

ETP: 14/2020

Responsáveis pela edição: Gerson Carlos Rodrigues de Oliveira – Matrícula 01092764 e Ozil Oliveira Sousa Junior – Matrícula 1787066

Processo: 02000.003615/2020-75

2. Descrição da necessidade

2.1. No ano de 2015, iniciou-se o processo de contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e a prestação de serviços técnicos de desmontagem e montagem de divisórias, portas e acessórios, com fornecimento de toda mão de obra e material necessários para atender as diversas Secretaria e Unidades do Ministério do Meio Ambiente e seus servidores.

2.2. Com o início da vigência do referido contrato em janeiro de 2016, iniciou-se o processo de substituição das divisórias antigas pelos modelos descritos no contrato atual, onde foram instaladas divisórias em diversos padrões, do tipo painel cego do piso ao teto, painel cego até a altura de 1100mm com painel vidro até a altura de 2100mm e bandeira cega até o teto, portas no mesmo padrão e paginação das divisórias, portas de correr instaladas nos corredores e paredes de fácil desmontagem e reaproveitamento da maioria das peças em outra montagem.

2.3. Considerando em atender a estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente, que atualmente está distribuída no Bloco B na Esplanada dos Ministérios (5º ao 9º pavimentos e parte do Térreo e subsolo).

2.4. A presente contratação baseia-se na necessidade de reconfiguração dos espaços internos do Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista as solicitações

de alteração de layouts, cujas origens são diversas, como por exemplo, a retirada de divisórias para aumento ou redução de equipes, a criação de ambiente reservados para tratamento de assuntos sigilosos, entre outros.

2.5. Para essa constante necessidade de remanejamentos na disposição interna dos espaços de trabalho do MMA, requer-se, portanto, que se tenham disponíveis serviços dessa natureza, visando à criação de ambientes com qualidade e segurança. Além disso, a manutenção das divisórias que se encontram desgastadas e danificadas faz-se imprescindível, evitando-se acidentes ou danos diversos, visando à continuidade dos serviços nos espaços de escritório no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para o exercício de 2021, considerando que a vigência de contrato com o mesmo objeto, encerrar-se-á em 31/12/2020.

3. Área Requisitante: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

3.1. Responsável: André Vieira Ferreira

4. Descrição dos Requisitos da contratação

4.1. Os serviços objeto do presente estudo serão prestados mediante formalização de instrumento contratual.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O fundamento legal e a natureza dos serviços, objeto do presente Estudo Preliminar, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, conforme apregoam os normativos regidos pela Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, e Decreto nº 10.024/2019. Portanto é salutar o entendimento da possibilidade da contratação de prestação de serviços por meio da modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

4.5. Os serviços referenciados no presente estudo, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme preceituado no art. 3º inciso II do Decreto n.º 10.024/2019.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

5.2. A pesquisa de preços utilizou as orientações contidas na Instrução Normativa Nº 73 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, de 05 de agosto de 2020.

5.3. A documentação referente a pesquisa de preços realizada foi inserida no processo nº 02000.003615/2020-75 via Conteúdo de Mídia.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A licitação será realizada em grupo único, formados pelos itens discriminados no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

6.2. O recebimento das divisórias instaladas será efetuado nos seguintes termos:

6.2.1 O recebimento provisório das instalações dar-se-á após a conclusão de cada etapa realizada e o atesto da fatura pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante servidor designado pela Administração, que deverá ser assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita do contratado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666, de 1993.

6.2.2. O recebimento definitivo das instalações ocorrerá em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, assinado por servidor designado pela Administração e pela CONTRATADA, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA deverá oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, empeno, desprendimento da estrutura metálica, incluindo avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pelo setor responsável do MMA.

6.4. A CONTRATADA deverá oferecer serviços de assistência técnica permanente e gratuita durante a vigência do contrato.

6.5. Eventuais reparos devem ser prestados nas dependências do MMA, e havendo necessidade; substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, todo e qualquer material instalado que apresente problemas, defeitos e/ou venha a ser rejeitado pela área técnica encarregada para exercer a fiscalização do objeto contratado.

6.6 Havendo necessidade de retirada de material, a CONTRATADA arcará com o ônus.

6.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

6.7.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a

verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.

6.7.2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas.

6.7.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados.

6.7.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.

6.7.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

6.8 A CONTRATADA deverá remover, reparar, corrigir, refazer ou substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, no todo ou em parte, os serviços em que se verificar imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais, equipamentos, componentes e/ou peças utilizados, por exigência do CONTRATANTE, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

6.9. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material, partes, peças, ferramentas, acessórios e mão-de-obra necessárias para o desempenho dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

6.10. Os Serviços não serão de mão de obra exclusiva e serão executadas de acordo com as demandas do MMA, no prazo máximo de 5 dias após a solicitação

6.11. O contrato terá validade mínima de 12 meses.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas:

7.1. O planejamento e quantitativo previstos neste estudo baseia-se na quantidade existente no atual Divisórias e as futuras mudanças de layout que possam ocorrer.

7.2. O levantamento do quantitativo foi realizado pela equipe de planejamento da contratação, conforme tabela abaixo:

Planilha por itens - Contratação Divisórias 2020

Item	Descrição do Item (Objeto)	Quantidade	Unidade Medida	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	Fornecimento e instalação de divisória painel cega do piso até o teto, composição: duas placas em MDF com espessura de 80 mm.	100	m²	R\$ 495,58	R\$ 49.558,00
2	Fornecimento e instalação de divisória painel cego até 1.100 mm de altura, mais vidro simples até a altura da porta e bandeira cega até o teto, composição: duas placas.	40	m²	R\$ 581,35	R\$ 23.254,00
3	Fornecimento e instalação de divisória painel cego até altura da porta, mais vidro duplo até o teto, composição: duas placas em MDF com espessura de 80 mm	9	m²	R\$ 735,44	R\$ 6.618,94
4	Fornecimento e instalação de divisória painel/vidro duplo/painel com persiana até a altura da porta e bandeira cega até o teto com espessura de 80 mm	70	m²	R\$ 796,06	R\$ 55.724,38
5	Fornecimento e instalação de divisória painel/vidro duplo/painel, sem persiana até a altura da porta e bandeira cega até o teto com espessura de 80 mm	70	m²	R\$ 749,67	R\$ 52.476,67
6	Fornecimento e instalação de uma porta: largura 800 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	7	m²	R\$ 1.564,33	R\$ 10.950,33
7	Fornecimento e instalação de uma porta: largura 900 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	7	m²	R\$ 1.678,80	R\$ 11.751,60
8	Fornecimento e instalação de uma porta dupla largura 1.600 mm X altura 2.100 mm. Espessura 80 mm.	3	m²	R\$ 2.883,33	R\$ 8.650,00
9	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto cega, modulação: painel/painel com miolo acústico (lã de vidro não inferior a 40 kg/m³, com 60 mm de espessura.	147	m²	R\$ 459,67	R\$ 67.571,00
10	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto cega com 60 mm de espessura, modulação painel/painel, miolo papel kraft de alta densidade.	50	m²	R\$ 457,00	R\$ 22.850,00
11	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto, painel/vidro/painel, vidro duplo com persianas, 60 mm de espessura, monobloco.	60	m²	R\$ 562,67	R\$ 33.760,60
12	Fornecimento e instalação de painel divisória piso teto, painel/vidro/painel, vidro duplo sem persianas, 60 mm de espessura, monobloco.	60	m²	R\$ 509,33	R\$ 30.560,70
13	Fornecimento e instalação de painel divisória retrátil com sistema eletromecânico.	10	m²	R\$ 2.216,67	R\$ 22.166,67
14	Fornecimento e instalação de módulo guichê.	4	m²	R\$ 1.857,33	R\$ 7.429,33
15	Fornecimento e instalação de forro mineral em placas.	350	m²	R\$ 71,07	R\$ 24.873,33
16	Fornecimento e instalação de luminárias fluorescentes para quatro lâmpadas T8 com rabicho e plugue.	5	unidade	R\$ 313,33	R\$ 1.566,67
17	Serviço de remanejamento de divisória (retirada ou desmontagem).	2000	m²	R\$ 23,00	R\$ 46.000,00
18	Serviço de remanejamento de divisória (colocação ou montagem sem fornecimento de material).	1000	m²	R\$ 43,50	R\$ 43.500,00
19	Serviço de remanejamento de forro mineral em placas (retirada ou desmontagem) com aproveitamento de perfis.	200	m²	R\$ 18,77	R\$ 3.753,00
20	Serviço de remanejamento de forro mineral em placas (colocação ou montagem) sem fornecimento de material.	200	m²	R\$ 29,33	R\$ 5.866,67
VALOR TOTAL					R\$ 528.880,58

7.3. As empresas interessadas em apresentar proposta poderão fazer visita/vistoria no local, Esplanada dos Ministérios Bloco B, agendar pelo telefone (61) 2028-1306.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo de **R\$ 528.880,58 (quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).**

8.2. O resultado da pesquisa direta com os fornecedores possibilitou a composição de custos com base na média dos preços que compõe a contratação.

8.3. A pesquisa de preços foi realizada conforme determina o art. 5º, incisos I, II

e IV da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020:

8.3.1. Painele de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;

8.3.2. Contratações similares de outros entes públicos;

8.3.3. Pesquisa direta com os fornecedores;

8.3.4. Os preços coletados foram analisados de forma crítica

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da solução

9.1. Os itens devem ser contratados de forma agrupada em grupo único a fim de permitir adequada prestação dos serviços. Ainda, essa forma de contratação se justifica pela afinidade dos itens contidos em cada grupo, ou seja, os critérios técnicos acabam por tornar necessária e indispensável a junção dos itens em um único grupo, os quais somente poderão atender ao objetivo proposto pela contratação na qualidade de procedimento licitatório de modo em que a detentora de certo item seja a mesma adjudicatária dos demais itens similares e interdependentes. Deste modo, haja vista as características dos itens que perfazem a instalação do material, seus acessórios, montagem e desmontagem cabem a apenas uma empresa contratada, ao passo que seria inviável a contratação de modo isolado desses itens.

9.2. Há também ganho de escala e de produtividade ao se permitir que empresa única realize todas as intervenções relacionadas ao objeto da contratação, principalmente considerando a mobilização de equipe de funcionários para a prestação do serviço e fornecimento de materiais, que envolve logística de produção e transporte. Além disso, tem-se a diminuição do custo processual com fiscalização e administração contratual de apenas uma empresa para a prestação do mesmo tipo de serviço.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

10.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

11. Alinhamento entre a contratação e o Planejamento.

11.1. Por se tratar de serviços de atividades acessórias e complementares, não estão alinhados ao Planejamento Estratégico da instituição, mas à sua própria manutenção e rotina no controle dos espaços e divisórias do Bloco B da Esplanada dos Ministérios.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A utilização de procedimento licitatório favorece a disputa entre as empresas interessadas, contribuindo para obtenção de preços menores para a Administração, como consequência da utilização da modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo "Menor Preço".

12.2. A Contratada deverá observar, no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

12.2.1. dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.

12.2.2. em caso de necessidade de envio de documentos à Contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.

12.2.3. os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

12.3. São esperados os seguintes resultados com a contratação:

12.3.1. manutenção e atendimento de novos pedidos de layouts pela Administração, visando fornecimento de divisórias instaladas do tipo Piso-Teto, nas dependências do Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF Providências a serem adotadas Não aplicável. Possíveis Impactos Ambientais. A contratada para a prestação dos serviços, objeto deste Estudo, deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante. Declaração de Viabilidade Informe abaixo a **viabilidade** do objeto deste ETP. Caso o projeto seja inviável, é obrigatório **informar a justificativa de inviabilidade**

13. Providências a serem adotadas

13.1. Não aplicável.

14. Possíveis Impactos Ambientais.

14.1. A contratada para a prestação dos serviços, objeto deste Estudo, deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

15. Declaração de Viabilidade

Informe abaixo a viabilidade do objeto deste ETP. Caso o projeto seja inviável, é obrigatório informar a justificativa de inviabilidade

(X) Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste estudo Técnico Preliminar.

Justificativa da Viabilidade: É viável porque é uma contratação comum e corriqueira entre os órgãos e entes do estado federativo brasileiro.

() Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

() Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Equipe de Contratação

matrícula SIAPE nº 1839189 Marcos Antonio da Silva Assinatura Eletrônica	Assinatura Eletrônica Ozil Oliveira Sousa Junior matrícula SIAPE nº 1787066	Assinatura Eletrônica Gerson Carlos Rodrigues Oliveira matrícula SIAPE nº 1092764
--	---	--



Documento assinado eletronicamente por **Gerson Carlos Rodrigues Oliveira, Fiscal de Contrato**, em 22/12/2020, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ozil Oliveira Sousa Júnior, Fiscal de Contrato**, em 22/12/2020, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0666081** e o código CRC **3488E998**.

Referência: Processo nº 02000.003615/2020-75

SEI nº 0666081